

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1. O maior desastre ambiental da história do Brasil.....	9
Seção 1: Fatos	9
Seção 2: Possíveis causas do desastre.....	17
2.1 Dimensão econômica: a relação entre o valor da commodities e o desastre.....	17
2.2 Dimensão institucional: a atuação falha dos entes e órgãos fiscalizatórios.....	19
2.3 Dimensão política: os financiamentos de campanhas eleitorais ...	25
2.4 Dimensão socioeconômica: a dependência econômica dos municípios atingidos	26
2.5 Dimensão cultural e étnica: racismo ambiental	27
2.6 Dimensão técnica: causas apontadas pela empresa como causadoras do desastre.....	29
Seção 3: Consequências sociais do desastre	32
3.1 Perdas humanas, ambientais e socioeconômicas	32
3.2 Reação dos atingidos e qualificação dos desenraizados como deslocados internos.....	41
Capítulo 2. A categoria dos Deslocados Internos no âmbito dos Direitos Humanos.....	49
Seção 1: Conceituação de Deslocado Interno.....	49
1.1 Diferenciações necessárias.....	55
1.2 Análise crítica do panorama estatístico - dados históricos e tendências atuais.....	62
Seção 2: Elementos fundantes do deslocamento interno.....	77
2.1 Tipologia atual dos deslocamentos internos.....	92

2.2 Desafios reais à tipologia acadêmica.....	120
Seção 3: Panorama normativo internacional. Instrumentos jurídicos internacionais de ordem global ou regional.....	121
3.1 Princípios orientadores relativos aos Deslocados Internos.....	122
3.2 Replicação dos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno em sistemas nacionais e supranacionais	134
Capítulo 3. Realidade Brasileira: Regramentos e Soluções	155
Seção 1: Realidade brasileira de deslocamento interno. Panorama estatístico e espécies aplicáveis	155
Seção 2: (Parcos) marcos legais nacionais relativos ao deslocamento.....	163
Seção 3: Soluções jurídicas apresentadas para se lidar com os deslocados internos do caso Samarco	175
3.1 Ações judiciais ajuizadas. Panorama geral e exemplos marcantes.....	176
3.2 A atuação dos entes públicos do Executivo	187
3.3 Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).....	189
3.4 Termo de Ajustamento de Conduta Preliminar e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Governança).....	199
3.5 Problemas inerentes ao TTAC. “Acordão”	208
3.6 Críticas aos demais instrumentos de transação – TAP e TAC Governança	221
3.7 Questões relativas à sentença homologatória do TAC Governança...225	
3.8 Avanços e retrocessos. Situação atual.....	229
3.9 Necessidade de estabelecimento de garantias legais.....	241
Capítulo 4: Um Olhar sobre Restituição, Compensação e Retorno – Soluções em Busca de Novo Pertencimento após o Deslocamento Interno	247
Seção 1: Direito à restituição e ao retorno	247
1.1 Restituição e Compensação de Propriedade nos Princípios Orientadores	248
1.2 Os Princípios de Pinheiro.....	249

1.2.1 Críticas à opção estruturante dos Princípios de Pinheiro pela ênfase no direito de retorno	257
1.3 Desenvolvimentos Internacionais: Política de Habitação, Terra e Propriedade ("Housing, Land and Property" - HLP)	262
a) Política de direitos de "HLP" em deslocamentos gerados por desastres.....	263
1.4 Opções de restituição e retorno na realidade brasileira dos rompimentos de barragens.....	271
Seção 2: Utilização do sistema internacional de Direitos Humanos em busca de respostas à questão dos deslocados internos. Há viabilidade?	276
2.1 Da responsabilidade de proteger	277
2.2 Jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	285
Seção 3: O Deslocamento interno na Colômbia.....	293
Seção 4: Caráter propositivo da pesquisa: possível projeto de lei federal ...	311
Conclusão	327
Referências Bibliográficas	335